

## CONCEPÇÕES DE DISCENTES DE PSICOLOGIA SOBRE PEDOFILIA

Rafael De Tilio

Natália Gualberto Assunção

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Uberaba - MG)

### Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar concepções de discentes de Psicologia de uma universidade federal brasileira sobre pedofilia. A amostra foi composta por 14 discentes (11 mulheres e 3 homens, com média de idade de 22.3 anos, sem filhos) do 7º ao 10º período de graduação em Psicologia que responderam a um roteiro de perguntas semiestruturado. A análise de conteúdo temática dos dados demonstrou: consenso de que a pedofilia é proibida e doentia; importância de intervenções diversas junto às vítimas e agressores; ênfase na família como proteção da sexualidade das crianças; ênfase nas características psicológicas das vítimas, tidas como frágeis, e dos agressores (que possivelmente foram vitimados em suas infâncias); e que o curso de graduação não oferece subsídios teóricos e práticos para intervenções eficazes junto ao fenômeno. Conclui-se que representações moralizantes destacam-se e influenciam na qualidade dos atendimentos dispensados aos envolvidos em relações sexuais pedofílicas.

*Palavras-chave:* Pedofilia; Abuso de crianças; Sexualidade; Formação do psicólogo.

### Abstract

#### Psychology Students' Conceptions about Pedophilia

This research aimed to investigate students' conceptions of Psychology of a Brazilian federal university about pedophilia. The sample consisted of 14 students (11 women and 3 men; 22.3 years average) from the 7th to the 10th period of undergraduate psychology program who answered a semi-structured script questions. The thematic content analysis of the data showed: consensus that pedophilia is prohibited and unhealthy; importance of various interventions with victims and perpetrators; emphasis on family as protection of children sexuality; emphasis on psychological characteristics of the victims, believed to be fragile, and perpetrators, who were possibly victims in their childhood; and that the degree course does not offer theoretical and practical subsidies for effective interventions with the phenomenon. It concludes that moralizing representations stand out and influence the quality of care dispensed to those involved in pedofílicas sex.

*Keywords:* Pedophilia; Child abuse; Sexuality; Psychologist formation.

## Introdução

Diversas modalidades de mídias têm informado o público leigo sobre relações sexuais envolvendo adultos e crianças (até 12 anos de idade), a pedofilia, e os perigos que tais atos ocasionam (Landini, 2006). Apesar de não haver dados estatísticos precisos, levantamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que cerca de 30% das crianças no mundo sofreram, sofrem ou sofrerão violência sexual (Pfeifer & Salvagni, 2005).

Para Ducharme (2009) pedofilia literalmente significa amor pelas crianças e designa o indivíduo que possui atração erótica por crianças, qualquer que seja seu sexo. Pedófilo, para Lowenkron (2007; 2013), é termo da psiquiatria do século XIX criado para designar uma personalidade específica: os que buscam relações sexuais tendo como parceiros justamente aqueles que não podem consentir livremente, ou seja, as crianças, que não possuem condições cognitivas e morais para tanto (Gava & Dell'Aglio, 2013). Daí as razões para a pedofilia ser considerada um desvio da preferência sexual dos adultos e que deve ser combatida <sup>1</sup> (DSM 2014; Maia & Seidl,

2014).

Sem pretender esgotar o campo de análise sobre a pedofilia, pode-se restringir a três os principais argumentos relacionados a esse fenômeno. Em primeiro lugar sua conceituação, que correlaciona construção do ideal de familiar nuclear, proteção da infância e desvio da sexualidade adulta heterossexual, posicionando as crianças como portadoras de uma sexualidade de espera pela vida adulta e, portanto, interdidas e protegidas no que se refere à sexualidade (Foucault, 2014; Roudinesco, 2008).

Em segundo lugar, os argumentos sobre os envolvidos e possíveis causas, tipologias e consequências da pedofilia, quase sempre enfatizando que apenas um homem adulto doente, perverso e monstruoso trocaria a naturalidade das relações sexuais com mulheres adultas por crianças (Serafim, Saff, Rigonati, Casoy, & Barros, 2009), causando significativos prejuízos às vítimas.

E, por fim, em terceiro lugar os argumentos acerca da terapêutica, que pretende tanto compreender os motivadores psicológicos da pedofilia como desenvolver intervenções para diminuir ou cessar sua ocorrência, que vão

desde a exclusão social (estigmatização, encarceramento etc.) até a castração (química ou física) dos agressores (Maia & Seidl, 2014).

Pedofilia é um campo de estudos que entrecruza relações de gênero, relações etárias e geracionais, representações e práticas da sexualidade e de violência. Para Banwart e Brino (2012) e Ramos e Teodoro (2012) é de suma importância conhecer e compreender as representações de futuros profissionais da saúde sobre pedofilia, pois serão eles os responsáveis pela prevenção, intervenção e tratamento tanto dos agressores sexuais quanto das vítimas. Assim, tais autores argumentam que as capacitações teóricas e técnicas destes futuros profissionais são fundamentais, pois seus aspectos emocionais podem interferir negativamente quanto à prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos pedófilos e vítimas. Disso decorre há a necessidade de conhecer o que pensam sobre pedofilia e como estão sendo formados futuros profissionais psicólogos para melhor prestar serviços diante destes casos e atores reais.

Assim, este estudo teve por objetivo investigar concepções que discentes (matriculados em 2013 entre o 7°

e 10° período) do curso de graduação em Psicologia de uma universidade pública federal brasileira possuem sobre pedofilia.

### **Método**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo. Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas durante o segundo semestre letivo de 2013 com alunos do 7° ao 10° períodos do curso de graduação em Psicologia de uma universidade pública federal brasileira. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para a realização de análise de conteúdo temática.

### *Participantes*

Participaram deste estudo 14 sujeitos, todos maiores de idade, discentes do curso de graduação em Psicologia de uma universidade pública federal brasileira, matriculados no segundo semestre letivo de 2013 entre o 7° e 10° período do curso. Os critérios de inclusão se justificam porque, segundo os vigentes projetos pedagógicos daquele curso (Projeto... 2008; Projeto... 2011), é partir do 7° período que os discentes iniciam suas atividades de estágios curriculares

obrigatórios e o 10º período é o último do curso.

### *Instrumento*

Para a coleta dos dados optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas cujo objetivo é o de obter informações específicas sobre um assunto pressupondo a produção de respostas espontâneas (Cervo, Bervian & da Silva, 2007). As entrevistas versavam sobre os seguintes conteúdos: dados pessoais de caracterização dos entrevistados; conhecimentos anteriores e posteriores ao ingresso no curso de graduação em Psicologia acerca das motivações, interesses, características, tratamento e intervenções relativas à pedofilia, no que se refere aos agressores e as vítimas. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para análise.

### *Procedimentos para a coleta e análise dos dados*

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa em Psicologia optou-se pelo critério de saturação das respostas dos entrevistados para composição da amostra (Fontanella, Ricas & Turato, 2008). Os

pesquisadores solicitaram à Secretaria da Coordenação do curso de graduação em Psicologia em apreço uma listagem dos discentes regularmente matriculados entre o 7º e 10º período do curso no ano de 2013. A partir dessa listagem foi enviado a todos os discentes um e-mail convite constando a proposta do estudo, seus objetivos e a forma de participação, sendo que os interessados deveriam responder ao e-mail convite para serem novamente contatados para o agendamento das entrevistas, preservando assim o sigilo das suas identidades. No total, dentre 98 discentes, 22 responderam ao e-mail convite, e após a realização de 14 entrevistas a análise parcial dos conteúdos das entrevistas indicou saturação dos dados – encerrando a coleta dos dados.

A técnica escolhida para decodificar as entrevistas e que auxiliam a compreender as atribuições de sentidos diante do tema foi a análise de conteúdo temática (Bardin, 2010). Após a realização das entrevistas as mesmas foram lidas exaustivamente e comparadas, buscando estabelecer temas homogêneos presentes nos discursos dos entrevistados, sendo estabelecidas no final cinco categorias para organização dos dados. A categorização dos dados e a construção das categorias

contaram com a apreciação de três juízes independentes.

### *Disposições Éticas*

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade federal na qual os dados foram coletados (protocolo n° 2424 CEP/UFTM) e, após aprovação, a coleta dos dados foi iniciada. No momento das entrevistas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento Após

Esclarecimento foram apresentados aos entrevistados, que os assinaram. Os termos, os arquivos de áudio (formato mp3) e as transcrições impressas das entrevistas foram arquivados pelos pesquisadores e mantidos sob suas guarda e responsabilidade. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por números. Portanto, foram observadas todas as exigências relacionadas às pesquisas envolvendo seres humanos estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde do Brasil.

## **Resultados**

### *Caracterização dos sujeitos*

A Figura 1 apresenta os principais dados de caracterização da amostra.

Figura 1. *Caracterização dos Participantes (n = 14)*

<b>Sujeito</b>	<b>Idade e sexo</b>	<b>Cor da pele</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Filhos</b>	<b>Período letivo no curso de psicologia</b>	<b>Cidade de origem</b>
<b>1</b>	23, mulher	Branca	Solteiro	Não	9°	Catanduva/SP
<b>2</b>	22, mulher	Branca	Solteira	Não	8°	Patrocínio/MG
<b>3</b>	22, mulher	Branca	Solteira	Não	9°	Goiânia/GO
<b>4</b>	22, homem	Branco	Solteiro	Não	10°	Mococa/SP
<b>5</b>	21, mulher	Branca	Solteira	Não	7°	Uberaba/MG
<b>6</b>	21, mulher	Branca	Solteira	Não	7°	Sertãozinho/SP

<b>7</b>	23, mulher	Branca	Solteira	Não	10°	São Paulo/SP
<b>8</b>	22, mulher	Branca	Solteira	Não	8°	Batatais/SP
<b>9</b>	22, mulher	Branca	Solteira	Não	8°	Araxá/MG
<b>10</b>	23, mulher	Branca	Solteira	Não	10°	Araraquara/SP
<b>11</b>	25, homem	Negro	Solteiro	Não	9°	Araraquara/SP
<b>12</b>	23, mulher	Branca	Solteira	Não	10°	Santa Juliana/MG
<b>13</b>	22, homem	Branco	Solteiro	Não	7°	Goiânia/GO
<b>14</b>	22, mulher	Branca	Solteira	Não	8°	Uberaba/MG

Dentre os entrevistados 11 são mulheres e 3 são homens. Todas as mulheres são brancas, solteiras e não possuem filhos, e dentre os homens dois são brancos e um é negro, todos são solteiros e não possuem filhos. A média de idade dos entrevistados é de 22.3 anos, todos cursam a graduação em Psicologia numa universidade federal brasileira sendo que no momento das entrevistas (segundo semestre letivo de 2013) três estavam no 7° período do curso, quatro no 8° período do curso, três no 9° período do curso e quatro no 10° período do curso. Os entrevistados são brasileiros e originários de cidades dos estados de São Paulo (7), Minas Gerais (5) e Goiás (2).

*Pedofilia: concepções anteriores ao ingresso na graduação em Psicologia*

O objetivo dessa categoria foi

explorar concepções dos entrevistados sobre família e sexualidade entre adultos e crianças anteriores ao ingresso no curso de graduação em Psicologia. De maneira geral, os entrevistados destacaram aspectos tradicionais sobre família, sua dinâmica e seus papéis incluindo os relacionados à sexualidade. Isso é visualizado em respostas que destacaram o papel educativo e de suporte (afetivo, econômico, material etc.) da família para com os filhos/dependentes: “Uma família tradicional é normalmente formada por pai e mãe, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo dessa forma uma família nuclear” (1); “Bom, eu acho que o papel dos pais assim em geral quando se tem filhos né [sic.], o homem e a mulher, acho que é prover educação, cuidados da criança” (7).

Os entrevistados também destacaram a importância dos adultos

(incluindo os pais) na educação geral e sexual dos filhos visando à formação moral dos dependentes, restringindo a sexualidade entre adultos e crianças a uma relação de transmissão de informação educativa, e nunca de prática efetiva: “Ah, acho que os pais tem o papel de encaminhar, de certa forma, sobre o que é sexualidade. Sobre prevenções, doenças, gravidez, etc.” (2), e

Bom, eu acho que independentes de assumirem papéis de pai e mãe, penso que os adultos precisam construir vínculos educativos, instrutivos, construtivos e respeitosos tanto para com as crianças. Bom, a criança é um ser social cujo processo de desenvolvimento depende do contexto sócio histórico em que vive e que precisa de uma educação, ou seja, que vem dos pais para intervir na exploração do corpo e na construção de significados, para que valores venham a ser associados às experiências corporais. (1)

Neste sentido, e de maneira unânime os entrevistados relataram a necessária interdição das relações sexuais entre adultos e crianças: “Quando fala de

criança, a meu entender, criança é quem ainda não desenvolveu capacidade de pensar, de tomar decisões por conta própria” (5); “Mas, eu acho que com uma criança, a relação de um adulto com uma criança, a relação tem que ser ou de neutralidade ou tem que ser de minimamente de cuidado” (6).

Os entrevistados designam as mídias (principalmente os telejornais) e a família de origem como principais formadores das suas opiniões sobre relações sexuais entre adultos e crianças: “Na mídia. Porque em casa é um tema onde, se surge na tv, é uma coisa tipo ‘ah que horror’, mas que não é comentado, é meio que abafado, mas vi mais na mídia” (3); “Principalmente por questão da mídia, de alguns casos ficarem famosos e a mídia ficarem vinculando essas questões da pedofilia” (12).

*Pedofilia: concepções posteriores ao ingresso na graduação em Psicologia*

Essa categoria explorou as concepções sobre família e sexualidade dos entrevistados após o ingresso no curso de graduação em Psicologia e, mais precisamente, explorou as influências daquele curso na (re)constituição dessas

concepções.

De maneira geral, os entrevistados relataram que escolheram pelo curso de graduação em Psicologia devido ao desejo de compreender as pessoas. No atual momento do curso de graduação os entrevistados relataram possuir interesses em diversas áreas e campos de atuação, porém, 13 entrevistados relataram ter grande interesse pelos temas relações de gênero, violência(s) de gênero, pedofilia e/ou violência sexual contra crianças.

Todavia, os entrevistados dizem que, apesar deste interesse, o curso de graduação em Psicologia que frequentam ofertou poucas informações teóricas e oportunidades práticas sobre tais temas, e que quando existentes foram pontuais e descontinuadas: “Uma vivência na qual eu atendia um casal, terapia breve, e o marido trouxe momentos de sua infância em que sofreu violência sexual por outros meninos, maiores de idade” (1); “[disciplina de] Teorias da personalidade, a gente viu alguma coisa. [disciplina de] Psicopatologia a gente vê. Mas também, no nosso caso, foi muito superficial” (4); “Curso de extensão sobre sexualidade” (5).

A pouca oferta de conteúdos específicos sobre tais temas é ainda referida pelos entrevistados como

ocasionando despreparo para promoção de intervenções junto a adultos e crianças envolvidos em relações sexuais: “Porque eu teria... porque eu já chegaria, bem sinceramente, com um preconceito muito grande em relação a ele [agressor], com uma contratransferência forte em relação a ele e não sei se conseguiria. Precisaria de muita análise pra fazer isso” (3); e:

Eu acho que é mais difícil. Porque eu acho que muito mais complicado você ter uma empatia com... Se é forçado [a relação sexual], eu acho que é muito difícil. Acho que pra tratar isso, você tem que estar bem com isso, você tem que se tratar antes de poder... acho que, atualmente, eu não conseguiria (4).

#### *Crianças envolvidas em relações sexuais com adultos*

Essa categoria explorou concepções dos entrevistados sobre características físicas e psicológicas, motivadores, consequências e intervenções destinadas às crianças envolvidas em relações sexuais com adultos.

Foi-lhes perguntado como conceituavam crianças e como elas deveriam vivenciar sua sexualidade. Os



entrevistados disseram que crianças são indivíduos em situação de imaturidade e de dependência (psicológica, afetiva, financeira) dos adultos, necessitando de proteção e atenção, portanto, vetados de manter relações sexuais com adultos e/ou com qualquer outra pessoa: “Mas olhando mais pro ponto de vista subjetivo, eu acredito que uma criança ainda estabelece uma relação maior de dependência psicológica” (6); “A criança não tem muita noção do que é aquilo e acaba sendo, sendo forçada... naquele contexto, até porque, a gente tem conhecimento de que isso acontece com pessoas próximas” (12); e:

Não sei... acho que criança é uma coisa [sic.] delicada, acho que ela não deve vivenciar aquilo [sexualidade], deve, com certeza, ser instruída sobre as coisas... mais no sentido de se proteger em relação a isso porque não é uma vivência infantil que deve ser 'vivida' na infância (14).

Excetuando dois entrevistados, o discurso majoritário é o de que crianças que mantêm relações sexuais com adultos o fazem porque manipuladas, enganadas ou forçadas, mas nunca de maneira

consentida: “Acho que, talvez o relacionamento sedutor, manipulador, aparentemente protetor e até mesmo ameaçador que o adulto constrói com a criança ou adolescente acaba os prendendo a este vínculo” (1); “Por qualquer nível, as relações de poder se estabelecem por diversas formas, pode ser por meio de chantagem, por meio de força física, por meio de dependência emocional, por meio de dependência psicológica” (6).

Descrições sobre as características físicas específicas de crianças submetidas à relações sexuais com adultos não foram referidas. As principais descrições destas crianças se concentraram nos aspectos psicológicos: “Talvez mais frágeis e vulneráveis” (1); “Criança de ego fraco [...] que pode estar numa condição de fragilidade” (6); “São pessoas que não tem nem consciência do próprio corpo, consciência do que é uma relação sexual, de tudo que envolve” (12); e:

A criança eu suponho, física e emocionalmente, eu imagino uma condição bastante discrepante, quero dizer. Geralmente, me vem uma impressão de maior fragilidade, e eu imagino até anatomicamente o sexo entre adultos e crianças pode ser uma coisa de muitos desconforto pra uma

criança, quanto mais jovem seria pior. Então, eu imagino que isso não viria sem impactos e sequelas subjetivas e físicas também (13).

Ademais, destacam o embotamento afetivo, a erotização precoce e a baixa autoestima que as relações sexuais com adultos podem ocasionar às crianças: “Talvez mais contidas, mais tímidas, confusas e temerosas em contar o que está se passando com elas” (1); “Emocionalmente, eu acho que existem tanto crianças bem retraídas, que você percebe na fala que aquilo teve um impacto emocional muito grande” (4); e:

Olha, eu descrevo tão destruídas quanto, porque eu acho que é muito triste essa parte do ser criança, ser obrigado e forçado a algumas coisas, por ela mesmo não ter recursos nem físicos de lutar contra aquilo, nem psicológicos de entender que ela não é obrigada a se submeter a algumas coisas assim (12).

Apesar de pouco relatadas, as principais consequências físicas seriam lesões ginecológicas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidezes: “Consequências... físicas, doenças

sexualmente transmissíveis podem acontecer, uma gravidez pode acontecer... emocionalmente, provavelmente uma criança ou adolescente que sente repulsa pelo próprio corpo, não vivencia, de certa forma, bem, o corpo... pode ter uma dificuldade em relações sociais futuras” (2);

Física depende de como for essa relação. Aí na força pode machucar o órgão sexual. Emocional? Eu acho que é uma sensação de impotência de não poder fazer nada, de ser obrigada, de estar sendo violada, e aí eu acho que talvez isso cause futuros problemas em relacionamentos (7);

No futuro depois eles não querem se relacionar com outras pessoas, ficar na dele, e tal, ficar em casa, não querer sair, não ter uma vida normal, sabe? ficar com medo e não aproveitar a vida, por ter feito coisas antes, antes da hora (11).

Em relação às intervenções destinadas às crianças envolvidas em relações sexuais com adultos os entrevistados relatam: “Eu acho que para uma criança no momento em que ela der

conta de que a sociedade recrimina da forma mais pesada possível esse tipo de atitude, ela vai sofrer” (6).

Assim, os entrevistados não excluem a importância dessas intervenções, sejam elas médicas e/ou psicológicas: “Sim, com certeza, justamente por isso, por essa possibilidade de dificuldades com futuras relações, de confiança nas pessoas, de generalizar, de não conseguir se relacionar. Então eu acho que é necessário o tratamento psicológico para conseguir lidar com isso” (7); e:

São crianças e adolescentes que, de certa forma, foram invadidos em sua sexualidade, em sua liberdade, que foram impedidos de viver uma infância ou adolescência de maneira normal, por assim dizer. Pra mim seriam necessárias intervenções médicas e principalmente psicológicas em contexto de psicoterapia. Pois, tal fato repercute de forma negativa nos sentimentos e afetos da criança, que podem acompanhá-la pelo resto da vida, é um sofrimento muito grande que deve ser aliviado de certa forma (12).

*Adultos envolvidos em relações sexuais com crianças*

Essa categoria explorou concepções dos entrevistados sobre características físicas e psicológicas, motivadores, consequências e intervenções de adultos envolvidos em relações sexuais com crianças.

Os entrevistados alegam ser o fetichismo e a perversão sexual as principais razões para adultos manterem relações sexuais com crianças, seja por meio de seduções diversas seja por meio da violência explícita: “Que ele [adulto] deve vir de uma estrutura perversa, por exemplo, tem alguma psicopatologia para poder manter isso” (10); “Acho que é de uma... aí é um comportamento obviamente de um nível perverso, logicamente, uma perversão pensando em termos de psicanálise” (12); “Pedofilia enquanto um modo de expressão da perversão, da formula restrita de conseguir realizar suas fantasias sexuais” (13).

As descrições das características físicas de adultos que tentam ou mantêm relações sexuais com crianças estão praticamente ausentes dos relatos dos entrevistados, sendo enfatizadas as características psicológicas – sujeitos (sexualmente) traumatizados, impulsivos, perversos, manipuladores e sedutores: “Eu

acho que, emocionalmente falando, essas pessoas têm resquícios do que já aconteceu com elas, na infância, então eu acho que estão resquícios disso muito fortes, nessas pessoas. Por isso, elas têm esse desejo” (4); e:

Acho que teria algum tipo de transtorno. De desenvolvimento psicológico no nível sexual. Como eu te falei, tipo fetiche. Porque eu acho que essa pessoa não é muito normal. A ideia que ainda vem na minha cabeça é o fetiche. Porque de certa forma esse é um tipo de fetiche que tem a ver com alguma psicose sexual (2).

Eu acho que podem ser questões de frustração na infância ou mesmo na fase adulta. Acho que pode ser uma questão de dificuldade na elaboração de sentimentos e relações. Acho que pode ser por ter vivenciado algo parecido na infância e que não teve alguma intervenção para clarear (9).

Neste sentido, os entrevistados (por provavelmente estarem imersos neste discurso normatizador durante o curso de graduação em Psicologia) relataram a importância do tratamento

(prioritariamente psicoterapia) para adultos que mantêm relações sexuais com crianças:

Elas [os adultos] deveriam ter um tratamento, acho que elas deveriam sofrer intervenções. Aí sim, eu acho, eu já penso a respeito da justiça mesmo, eu acho que deveria acontecer; e intervenções psicológicas, porque eu acho que o objetivo maior deve ser, sim, a reinserção dessas pessoas, o tratamento delas. E, se for possível, modificar esse objeto de obsessão delas. Ou não modificar talvez, mas fazer com que ela lide com isso de outra maneira, sublimar isso, enfim. Então, eu acho que é necessário, só que eu acho que com algumas pessoas é complicado. E é muito forte, para mim, é muito forte isso. Então, assim, como eu falei, no meu caso, tratar alguém assim, eu acho que, primeiro, eu preciso tratar as minhas ideias a respeito disso (4).

Por fim, os relatos dos entrevistados referem que as relações sexuais entre adultos e crianças são obtidas exclusivamente por meio da violência (física ou psicológica) visto a relação de submissão e dependência que as crianças

estabelecem com os adultos:

O que me vem à cabeça no momento é o aspecto da violência mesmo, que mesmo sendo uma 'violência consentida' pela vítima, nos casos em que isso acontece, é uma violência ao corpo, à identidade e à sexualidade da criança ou adolescente que, na verdade, acaba materializando, concretizando a atração sexual do adulto (1).

Que nem, às vezes, que nem eu falei, geralmente o pedófilo não é violento, ele é carismático e tal, então tem todo um lado emocional também, não é só violência física, e eu acho que é mais isso do que ato violento. É mais esse lado emocional (11).

Por isso, são as características psicológicas e morais, mais do que as físicas (apesar de não excluídas), os principais caracterizadores dos adultos que mantém relações sexuais com crianças, em destaque a capacidade de manipulação e a proximidade afetiva com as vítimas:

Eu não sei. É como eu disse, eu acho que tem aquelas pessoas que menos imaginamos, um motorista de uma van escolar, ou de alguma profissão que

tenha contato e que seja mais fácil. Eu acho que ele deve conseguir se dar bem com as crianças, eu acho que as crianças gostam desse tipo de pessoa. Ele deve conseguir manipular. Eu acho que ele deve ter um jeitinho assim com crianças (7).

Então, o que eu sei por mídia e etc, é que em geral são pessoas que, força no nosso imaginário, uma pessoa com a cara ruim e mal vestida, num sei o quê, meio que aquele estereótipos de bandido, mas eu sei que isso não corresponde a realidade, em geral são pessoas que estão muito próximas, inclusive já procuram profissões e situações em que ela pode ficar mais perto de crianças, então, eu sei que isso acontece muito com pediatras, por exemplo, que é uma pessoa que se formou em medicina, que sempre vai tá bem vestida, etc., você nunca vai esperar, babás mesmo, motoristas de vans escolares, então, enfim, nosso estereótipos acaba querendo fazer uma imagem mal-encarada, digamos assim, mas, o que eu sei de realidade é que não é, é uma pessoa normal como a gente (12).

Há de se ressaltar que para os entrevistados a pedofilia seria definida pela acentuada assimetria de poder e a ausência de consentimento por parte da vítima para com o ato sexual, sendo que a violência sexual não se restringiria à cópula/penetração: “Acho que não se restringe só em haver ou não penetração; uma passada de mão, quando acontece algo da ordem do sexual que vai além do que a estrutura da criança e do adolescente dá conta de lidar naquele momento” (3);

Eu considero como violência sexual, é tão abrangente, por exemplo, a pessoa se expor nua ou expor os genitais para

### **Discussão**

Em relação aos dados de caracterização dos entrevistados, eles refletem o perfil dos alunos do curso de graduação em Psicologia (Relatório... 2014). Todavia, o gênero (feminino) da maioria dos entrevistados, sua faixa etária (jovens) e o fato de não possuírem filhos certamente influencia suas representações sobre pedofilia. Neste sentido, e considerando os argumentos de Bourdieu (2014) sobre o papel das mulheres na manutenção da dominação masculina, não

uma criança ainda que não seja, por exemplo, no sentido de forçar uma criança a tocar nos genitais, ou nada assim, ainda que seja uma masturbação na frente de uma criança, que teoricamente não está fazendo nada, porque ele não está encostando na criança, eu considero isso já um abuso de último grau. Então assim, tudo que tem haver com comportamento sexualizados, então assim, forçar uma criança a sentar no colo, que até então não está machucando biologicamente, fisiologicamente, sei lá, essa criança, mas, já na minha opinião, já caracteriza (12).

é de se estranhar a ênfase nos argumentos da proibição da pedofilia por ser considerado ato de violência por excelência.

Conseqüentemente há a suposição de que as relações sexuais (e sua educação) devem se restringir aos adultos, sendo comuns argumentos de que o papel dos adultos em relação à sexualidade das crianças é o de educador e protetor, e não o de parceiro. Para Roudinesco (2008), uma das marcas distintivas da Modernidade no

que se refere à sexualidade é a importância da família e dos adultos como agentes de proteção, formação e educação moral das crianças/dependentes, e não como algozes das mesmas – sendo essa uma construção histórica.

Isso porque para Foucault (2014) é apenas a partir do Século XVII que a sexualidade das crianças (seu exercício pelas crianças e/ou com crianças) foi interdita: a construção do ideal de família nuclear e de infância inocente normatizou e delimitou as relações sexuais apenas entre os jovens e adultos preferencialmente após o casamento, impossibilitando a aceitação das relações sexuais entre ou com crianças.

Além disso, conforme argumenta Waites (2009), o sentimento de infância também pressupõe a incapacidade de plena compreensão das crianças para com os assuntos relacionados à sexualidade. Esse argumento é referendado pelas áreas de avaliação psicológica e desenvolvimento cognitivo, sendo, portanto, consideradas incapazes de consentir com relações sexuais de qualquer espécie porque incapazes de (cognitiva, moral e afetivamente) compreenderem sua complexidade e repercussões (Hébert, Cyr & Tourigny, 2012; Velho, Quintana &

Rossi, 2014).

Waites (2009) e Lowenkron (2007; 2014), ao discorrerem sobre as idades entre os parceiros a partir das quais se poderia supor pleno entendimento (não-opressão) nas relações sexuais que serviriam como base legal e jurídica para a criminalidade sexual tendo crianças como vítimas, argumentam que mesmo na contemporaneidade não há consenso nesta definição dentre diversos países, ressaltando o caráter eminentemente histórico e cultural da definição de pedofilia. Todavia, diante da impossibilidade de estimar universalmente e com precisão a existência/inexistência de prejuízos e danos (físicos, morais e psicológicos) quando da participação de crianças em relações sexuais, o mais prudente (e ético) seria protegê-las integralmente, ou seja, proibindo-as. No caso brasileiro, no que se refere à criminalidade sexual, o Código Penal (Brasil, 2014) estabelece que independente do consentimento do participante antes dos 14 anos de idade há suposição de violência configurando estupro de incapaz.

Tal construção argumentativa (a proteção integral das crianças) é compreensível porque o papel da família/adultos é, para os entrevistados, o

de informar e proteger as crianças/dependentes dos assuntos sexuais visando sua formação moral e seu desenvolvimento sadio. Entretanto, esse papel protetivo exercido pelos adultos/famílias, segundo Landini (2006), entra em conflito com o dúbio papel exercido pelas mídias: se por um lado elas veiculam informações sobre o problema da pedofilia e a necessidade da sua repressão, por outro estimulam a pedofilização enquanto prática social contemporânea (De Tilio, 2014), tornando os corpos infantis e juvenis erotizados e desejáveis para o consumo sexual adulto.

Esse duplo posicionamento relativo ao fenômeno da pedofilia (coibir, estimular) interpõe sérios problemas para a formação de profissionais da área da saúde, visto que a maioria das ações de enfrentamento à pedofilia é de cunho repressivo/penal (encarceramento, castrações etc. – Maia & Seidl, 2014), pouco enfatizando prevenções, enfrentamentos e tratamento na área da saúde.

Por isso, é preocupante a ausência de conteúdos específicos no curso de graduação em Psicologia dos entrevistados (Projeto... 2008; Projeto... 2011) sobre pedofilia (ou violência sexual contra

crianças) como tema da saúde, não havendo na grade curricular temas específicos como gênero, violência de gênero, relações sexuais intergeracionais etc. que, quando (raramente) abordadas, o são de maneira superficial ou descontinuada.

Assim, os entrevistados relatam que essa ausência formativa gera limitações (teóricas e técnicas) para intervirem eficazmente junto a casos reais de pedofilia, o que entra em desacordo com os objetivos do curso, do perfil e das competências do egresso pretendidos nos projetos pedagógicos do curso de psicologia daquela instituição: “Assim, será importante desenvolver a capacidade do aluno de atuar nos níveis de promoção, prevenção, proteção e restauração da saúde física e mental de indivíduos e grupos, em diferentes contextos e situações” (Projeto... 2008: 25), ou “Proporcionar ao discente o contato com os mais diferentes campos da atividade” (Projeto... 2011: 64), e “O egresso deve, ainda, estar atento à realidade social, estando apto à pesquisa e atuação em campos emergentes” (Projeto... 2011: 66), visto que todo o campo de estudos sobre gênero/sexualidade está praticamente elidido.

No que se refere à figura do



pedófilo, um dos argumentos mais enfatizados pelos entrevistados é a traumatização da sua própria sexualidade em época pregressa, ou seja, ter sido vitimado sexualmente eleva as chances de se tornar um agressor sexual (Serafim e outros, 2009). Obviamente, esse argumento é influenciado pelo curso de graduação dos entrevistados, mas esse argumento é mais amplo e recorrente na constituição do discurso médico psiquiátrico contemporâneo (Lowenkron, 2014): ao se supor uma normalidade biológica e psicológica para a sexualidade (heterossexualidade compulsória e adulta), apenas um adulto desviante dessa normalidade sexual teria predileção por crianças ainda não preparadas para as relações sexuais.

E os relatos dos entrevistados sobre as alterações da suposta normalidade sexual são coincidentes com as atuais definições de violência sexual (Brasil, 2011) que não se limitam ao uso da força física e englobam o constrangimento psicológico e as seduções diversas que obrigam outrem a fazer algo que não está com vontade ou que não possui condições de decidir/compreender, estabelecendo uma assimetria de poder. Essa concepção também está consoante com o Estatuto da

Criança e do Adolescente Brasileiro (Brasil, 1990) que pressupõem a proteção (física, moral, psicológica, patrimonial e institucional) integral das crianças e adolescentes. Por isso, beijos, apalpadinhas, carícias e exposição de imagens de conteúdo sexual podem caracterizar violência sexual.

### Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo investigar concepções de discentes regularmente matriculados entre o 7º e 10º período no semestre letivo de 2013 no curso de graduação de Psicologia de uma universidade federal brasileira sobre relações sexuais envolvendo adultos e crianças. A escolha do objeto de pesquisa pode ser considerada adequada, visto que possibilita o aprofundamento sobre uma temática diante de um campo ainda lacunar.

Em consonância com os resultados encontrados, pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados, visto que permitiram investigar concepções que jovens universitários de psicologia (ou seja, de futuros profissionais psicólogos) constroem sobre relações sexuais envolvendo crianças e adultos.

Com base nos resultados encontrados, verificou-se que as representações dos discentes daquele curso de Psicologia sobre relações sexuais entre adultos e crianças calcam-se na suposição da sua plena interdição, visto que as crianças se encontram em fase de desenvolvimento (físico, psicológico e moral) que não deve ser corrompido pelos adultos.

Neste sentido, o argumento do ideal de família nuclear moderna e os papéis que ela distribui (incluindo os regramentos sobre a sexualidade dos e entre seus integrantes) ainda são fortes o suficiente para delimitar e diferenciar os papéis dos adultos (responsáveis pela educação moral e suporte emocional e financeiro dos descendentes) dos das crianças (imaturas e dependentes), tornando expressamente proibitivas as relações sexuais envolvendo adultos e criança.

Todavia, a *scientia sexualis* moderna ao mesmo tempo rechaça e aceita sexualidade infantil: se a psiquiatria e a psicanálise formalizam e organizam o desenvolvimento psicosexual desde a tenra infância, a vivência sexual infantil só pode se concretizar de maneira simbólica, mas nunca direta (via genitalização). Por isso, segundo os entrevistados, as formas

de vitimação são mais abrangentes e amplas que os constrangimentos físicos e a penetração, englobando os diversos tipos de assédios morais, seduções, manipulações e convencimentos – o que está de acordo com a atual legislação nacional protetora das crianças.

Assim, além da educação familiar, os entrevistados relataram o importante papel das mídias como veículos de difusão da necessidade da contenção e proibição da sexualidade infantil.

De maneira geral, os entrevistados atribuem às crianças envolvidas em relações sexuais características de imaturidade psicológica e incapacidade de discernimento sobre tais assuntos, visto que devem ser protegidas pelos adultos, familiares e/ou cuidadores. Mesmo assim, para os entrevistados, os tratamentos e intervenções psicológicas não devem ser obrigatórios, mas são considerados como importantes estratégias de enfrentamento.

De maneira similar, os adultos que mantém relações sexuais com crianças são habitados por perversões, desvios e traumas também sexuais: se desejam manter relações sexuais com não-adultos é porque foram submetidos (e traumatizados) a essas relações em suas próprias vivências. A despeito da

veracidade desse argumento, há destaque para a psicologização como justificativa da manutenção dessas relações sexuais intergeracionais, inserindo-as no contexto da medicalização e normatização da sexualidade, devendo, portanto, ser coibida e tratada.

Os entrevistados relataram possuir interesse pela temática das relações sexuais envolvendo adultos e crianças que, contudo, não é devidamente abordada durante o curso de graduação em Psicologia. Segundo eles, isso ocasiona um despreparo para intervir junto aos envolvidos nestas situações, descumprindo com os objetivos gerais dos projetos pedagógicos do curso, necessitando, portanto, de revisão e readequação das práticas formativas.

Em suma, a presente pesquisa pretendeu contribuir para o campo de

estudo dessa temática, e também contribuir para que aquele curso de graduação em específico reformule suas práticas formativas (oferta de disciplinas específicas, de conteúdos disciplinares, de estágios de formação básica, de cursos de extensão e práticas de pesquisa etc.) visando atender aos interesses, demandas e necessidades dos discentes para que possam melhor intervir junto à rede de prevenção, enfrentamento e atendimento às diversas formas de violência.

Por fim, sugere-se a realização de mais investigações sobre a temática. Ademais, entende-se que esta pesquisa também pode contribuir como mais um elemento para novas investigações sobre as correlações entre formação acadêmica, qualificação profissional e intervenção psicológica no campo da justiça, segurança pública, educação e saúde.

### Referências

- Bannwart, T.H. & Brino, R. de F. (2012). Maus-tratos contra crianças e adolescentes e o papel dos profissionais de saúde: estratégias de enfrentamento e prevenção. In L. F. Habigzang & S. H. Koller. *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp.255-265). São Paulo: Artmed
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Acesso em 20/01/2014. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

Brasil (2011). Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Ideal Gráfica e Editora

Brasil (2014). Presidência da República. Casa Civil – subchefia para assuntos jurídicos. *Código Penal de 1940 – Revisto*. Acesso em 05/09/2014. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)

Bourdieu, P. (2014). *A dominação masculina*. São Paulo: Best Bolso

Cervo, A. L., Bervian, P. A. & da Silva, R. (2007). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson

De Tilio, R. (2014). Pedofilia, pedófilos e pedofilização social: Apagamentos ideológicos e novas perspectivas de compreensão. In: F. Scorsolini-Comin, L.V. Souza & S.M. Barroso. (Org.). *Práticas em Psicologia: Saúde, Família e Comunidade* (pp. 33-48). Uberaba: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

DSM-V. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* [American Psychiatric Association]. Porto Alegre: Artmed

Ducharme, M-E. (2009). *Pédérastie, pédophilie: filiation, rupture, deviance*. Mémoire (grade de maître), Faculté des Arts et des Sciences, Université de Montréal, Montreal/Canadá

Fontanella, B.J.B., Ricas, J., & Turato, E.R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27

Foucault, M. (2014). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Gava, L. L. & Dell’Aglío, D. D. (2013). Técnicas Utilizadas nas Perícias Psicológicas em Casos de Abuso Sexual Infanto-Juvenil. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. 23(56), 359-368

Hébert, M., Cyr, M., & Tourigny, M. (2012). *L’agression sexuelle envers les enfants*. Québec: Press Université du Québec

- Landini, T. S. (2006). Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, 26, 225-252
- Lowenkron, L. (2007). (Menor)idade e consentimento em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia*, 50(2), 713-745
- Lowenkron, L. (2013). A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), (15), 37-61
- Lowenkron, L. (2014). A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da violência sexual e seus atores. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 4, 231-255
- Maia, T. M. de S. & Seidl, E. M. F. (2014). Castração química em casos de pedofilia: considerações bioéticas. *Rev. Bioét.*, 22(2), 252-261
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. L. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204
- Projeto Pedagógico (2008). *Projeto pedagógico do curso de graduação em Psicologia da UFTM*. Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Psicologia da UFTM. Uberaba – MG.
- Projeto Pedagógico (2011). *Projeto pedagógico do curso de graduação em Psicologia da UFTM*. Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Psicologia da UFTM. Uberaba – MG.
- Ramos, M. da S. & Teodoro, M.L.M. (2012). A importância da capacitação dos profissionais que trabalham com vítimas de violência na infância e na adolescência. In L.F. Habigzang & S.H. Koller *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp.242-254). São Paulo: Artmed
- Relatório de Gestão 2005-2014. (2014). *Relatório de gestão 2005-2014 da UFTM*. UFTM-PROPLAN: Editora UFTM

Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

Serafim, A. de P., Saff, F., Rogonatti, S.P., Casoy, I., & Barros, D.M. de. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Rev psiq clín*, 36(3), 101-111

Velho, M.T.A. de C., Quintana, A.M. & Rossi, A.G. (2014). Adolescência, autonomia e investigação em seres humanos. *Revista Bioética*, 22(1), 76-84

Waites, M. (2009). *The age of consent: young people, sexuality and citizenship*. New York: Palgrave MacMillan

---

#### Notas de Rodapé

<sup>1</sup> Como no Brasil a pedofilia não é um crime autônomo tipificado em lei (sendo a idade uma agravante dos crimes sexuais), este estudo conceitua pedofilia segundo as definições do DSM-V: fantasias sexualmente excitantes, impulsos ou comportamentos sexuais intensos ou recorrentes envolvendo crianças (menores de 12 anos) ou crianças pré-púberes (em geral, 13 anos ou menos) tendo o autor no mínimo 16 anos e ser pelo menos 5 anos mais velho que a vítima.

#### Os autores:

**Rafael De Tilio** Possui graduação (2002) e pós-graduação (mestrado/2005; doutorado/2009) em ciências, na área de Psicologia, pela USP/RP. Desenvolve pesquisas referentes à área de violência, sexualidade, gênero e ideologia. Atualmente é Coordenador do Departamento de Psicologia da UFTM e Professor no Curso de Graduação e no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFTM. Email: rafaeldetilio.uftm@gmail.com

**Natália Gualberto Assunção** é graduanda em psicologia pela UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E.mail, [n\\_gualberto14@hotmail.com](mailto:n_gualberto14@hotmail.com)

**Recebido em:** 05/08/2015

**Aprovado em:** 10/09/2015